

Para que este governo quer mais 450 bilhões de cruzados

Já os tivemos gordos e magros, altos e baixos, com e sem cabelos, com ares de sério ou que riem à toa, servindo ditaduras ou governos "democráticos". Mas fossem quais fossem as bocas de que saíssem ou as mãos que seguravam as canetas, absolutamente nada mudou nem nos discursos nem nos atos decretados pelos nossos ministros da Fazenda nas últimas décadas: os discursos, sem exceções, sempre prometeram o que nunca foi cumprido; os decretos, sem exceções, sempre desmentiram os discursos e sempre lesaram e beneficiaram os mesmos lados...

O sr. Bresser Pereira — que não conta com os tanques embora ainda não se tenha apercebido disso — não é uma exceção. Sem inovar absolutamente nada sobre o que já ouvimos de Simonsen, de Delfim, de Dorneles, de Funaro e de outros menos votados, e com a mesma olímpica indiferença para com o clamor que já não é nem de indignação — porque os brasileiros já perderam essa capacidade — mas de irritação de uma opinião pública que está cansada de ser tratada como uma criança estúpida, o ministro que acaba de declarar perante os tribunais que sua palavra, mesmo escrita, não vale um tostão furado, vem pedir à população que o seu governo fez regredir 20 anos em dois que concorde em lhe entregar mais Cz\$ 450 bilhões no ano que vem em troca de uma vaga promessa de cortes nos gastos públicos.

Embora continue tendo coragem de insistir no seu imposto sobre o patrimônio líquido ou, o que é ainda mais acintoso, de afirmar o caráter "justicelro" e "distritivista" de mais este ataque contra o bolso dos brasileiros, mesmo diante dos resultados práticos dos últimos ataques semelhantes que o negam clamorosamente, o sr. Bresser Pereira não consegue usar um mínimo de ênfase na sua promessa de corte de gastos. Fala em choque pra valer nos contribuintes, mas num choque "apenas psicológico" na causa que gera a necessidade de eletrocussões periódicas dos contribuintes da economia viva em geral, que são os gastos e desperdícios do governo e das estatais. E mesmo para anunciar tão pouco, sente-se na obrigação de pedir a autorização e o apoio moral do sr. Ulysses Guimarães, o grão-mestre dos gastadores.

O tal "corte" se resumiria ao seguinte: aqueles dois velhos e resistentes "curingas" de sempre, o IBC e o IAA, "desapareceriam". Mas só enquanto siglas. Todos os seus funcionários, que já não têm o que fazer, seriam transferidos para "uma pequena estrutura a ser criada na Secretaria Geral do Ministério da Indústria e do Comércio para acompanhar a política desses dois produtos, onde continuariam não fazendo nada". Outros 40 órgãos (notem bem, 40!) que tratam do abastecimento e do controle de preços que não há, além das exportações, também teriam as suas siglas — e só as siglas — extintas, ficando os seus funcionários sem função à disposição de um único órgão que encamparia todas estas siglas, de modo a que o governo pudesse afirmar — como já começou a fazer o sr. Ulysses Guimarães — que "mais de 30 estatais e autarquias deficitárias serão extintas". Menciona-se timidamente, ainda, a possibilidade de se extinguirem os cargos comissionados do governo federal, o que afetaria cerca de 1.500 privilegiados que pesam quase nada no aumento de 50% reais (descontada toda esta inflação galopante) que esta estupenda "Nova" República conseguiu na folha de pagamentos dos funcionários federais em menos de três anos. (Ou seja, em menos de três anos ela conseguiu aumentar a folha de pagamentos do governo em mais metade do montante a que tinham conseguido fazê-la chegar todos os governos precedentes em 485 anos de vida administrativa no Brasil!)

Podemos, naturalmente, contar com todos os prejuízos decorrentes da "aplicação da lei" no caso de transferência de funcionários de siglas eventualmente extintas para siglas já existentes. O grande paradigma foi o caso do BNH, que foi "extinto", tendo seus 18 mil funcionários sido transferidos para a Caixa Econômica Federal. Como alguns funcionários do BNH tinham salários 30% maiores que os da Caixa, estes imediatamente invocaram o "princípio da isonomia" para exigir equitação, no que foram imediatamente atendidos. Então, vieram atrás todos os outros bancos estatais e a política salarial do sr. Bresser Pereira foi por água abaixo, junto com todo o seu plano antinflacionário. Nem mesmo o prédio do BNH foi vendido. Continua lá, vazio, mas custando...

De qualquer maneira, vamos fingir que acreditamos que esta generosa "Nova" República vai conseguir todo este "prodígio" que o sr. Bresser Pereira nos promete. O que "tudo isso" representaria? Vamos pôr no outro lado da balança apenas algumas das notícias que colhemos eleitoralmente nos jornais de São Paulo entre sexta-feira passada e ontem; nos últimos cinco dias, portanto.

Uma das que melhor revelam as boas intenções de nossas autoridades fazendárias é a que anuncia que em sua última reunião deste ano brilhante para a economia brasileira, que deverá realizar-se na próxima segunda-feira, o Conselho Monetário Nacional pretende anunciar a "devolução dos bancos estaduais sob intervenção do Banco Central aos governadores que os dilapidaram na última campanha eleitoral. É que a próxima campanha eleitoral já está à vista. Os débitos desses bancos, de aproximadamente Cz\$ 240 bilhões, no entanto, estes não serão transferidos para os governadores. Serão transferidos para o Tesouro Nacional, isto é, para os contribuintes. Para quem acreditar possa, os governadores ficam apenas com a obrigação moral de ressarcir o Tesouro em 15 anos, com 18 meses de carência, e a juros de 8% ao ano mais correção monetária...

Outra, igualmente "definidora", é a que registra a concessão de Cz\$ 4,36 bilhões (mais de 50 milhões de dólares) de dinheiro do BNDES (isto é, do Fundo Nacional de Desenvolvimento, aquele que foi arrancado indiscriminadamente dos consumidores brasileiros por meio dos famigerados "emprestimos compulsórios" para que o sr. Dilson Funaro pudesse "construir este país") ao amigo do presidente Sarney, Matias Machline, dono da Sharp e da SID informática, ambas empresas protegidas pela "reserva de mercado" de que os nossos "progressistas" tanto gostam. O amigo do presidente, apesar de todas as reservas de mercado, "cometeu um erro de planejamento" acreditando que a falsa onda de consumo criada pela farsa do Cruzado duraria para sempre e fabricou televisores e videocassetes demais que agora não consegue vender. Seus televisores e videocassetes serão financiados com dinheiro "social", a juros amenos de 12% ao ano a serem pagos após dois anos de carência. Com mais este empréstimo "especial", o governo que está enfrentando todo o sistema financeiro internacional, com os custos que conhecemos para o Brasil, para não pagar cerca de 500 milhões de dólares de juros por ano, atinge a cifra de 400 milhões de dólares em dinheiro "social" emprestados a uma companhia aérea, alguns usineiros de açúcar e um fabricante de televisores...

Agora, a informação que realmente define com quem estamos tratando é a que nos chega da Secretaria do Tesouro, subordinada ao Ministério do Planejamento. Encarregada de reajustar o orçamento da União, já aprovado pelo Congresso, em 40%, adaptando-o à nova "previsão de inflação" oficial de 120% (feita quando a real já está em 370%), a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, por meio da sua ramificação, a Secretaria de Orçamento e Finanças, desviou da dotação de outros órgãos cerca de Cz\$ 200 bilhões extras para os órgãos afetos à sua esfera de controle. O truque foi fazer o tal reajuste do orçamento pela média, dando menos a uns e mais a outros de modo a que a soma final apresentasse o "reajuste" requisitado. Na rubrica "Encargos Gerais da União", por exemplo, a SOF fez uma "correção" de 360%. Idem para a rubrica "Apóio ao Desenvolvimento Econômico e Social", verba destinada aos municípios. A fundo perdido, e manipulada pela Presidência. O Programa de Distribuição de Leite, "Promovido da Presidência", teve "correção" de 130%. O "Pro-

grama de Apoio à População Carente", também de alto valor eleitoral, teve sua verba "corrigida" em 150%. Enquanto isso, outras dotações aprovadas pelo Congresso foram "corrigidas" para baixo, para compensar. O mais curioso é que ninguém "chiou", fora o titular do Tesouro, Andrea Calabi, talvez porque ninguém se dê ao trabalho de ler obras de ficção como os orçamentos do governo. Além disso, todos sabem que, no fim, tudo se acerta com a "Reserva de Contingência" que, com o novo orçamento, cresceu 860%. O sr. Calabi, burocrata calejado, confessa, mesmo assim, que "não sabe como reagir" a gente tão séria...

É para que tudo isso possa continuar indefinidamente assim que este fantástico governo "social" precisa, por enquanto, de mais Cz\$ 450 bilhões.